

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO Nº , DE 2007

(Do Sr. Deputado Arnaldo Jardim)

*Requer a realização de
Audiência Pública para tratar sobre a
atual situação da distribuição de gás
natural nas diversas regiões do País.*

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 255, combinado com o art. 24, inciso VII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada Audiência Pública para tratar sobre a atual situação da distribuição de gás natural nas diversas regiões do País.

No último dia 30 de outubro de 2007, como é de conhecimento público, a Petrobras, única fornecedora de gás natural no Brasil, cortou em 17% o fornecimento deste insumo para as distribuidoras do Estado do Rio de Janeiro, CEG e CEG-RIO, sob a alegação de “garantir a geração de energia elétrica das usinas de gás natural”.

A referida empresa estatal deixou de suprir, segundo consta dos dados divulgados, 1,3 milhões de metros cúbicos de gás fornecidos diariamente às duas empresas estaduais, de um total de 7,5 milhões de metros cúbicos. E, em São Paulo, também houve uma redução de 13% no abastecimento, com cerca de 2 milhões de metros cúbicos para a distribuidora Comgás.

Ressalte-se, ainda, que, na região metropolitana do Rio de Janeiro, 89 postos de Gás Natural Veicular - GNV tiveram interrupção no abastecimento e que indústrias como a Bayer e a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN tiveram que operar com uma queda de até 90% do volume usual.

Para tratar do assunto objeto da referida audiência e em face da gravidade do assunto, solicito que seja convidada a Sra. Maria das Graças Foster, Diretora de Gás e Energia da Petrobrás.

JUSTIFICATIVA

De há muito vimos, pública e reiteradamente, alertando sobre a iminente redução do suprimento de gás natural no país, além de estudos que revelam um preocupante, porém previsível, risco de grave crise de energia nos próximos anos. Um novo “apagão” no setor elétrico brasileiro com todas as suas lamentáveis conseqüências em prejuízo de nosso indispensável desenvolvimento econômico.

As autoridades responsáveis do Governo Lula vêm negando, à exaustão, qualquer possibilidade de crise no setor, apesar de todas as evidências sempre reveladas em sérios estudos de respeitáveis entidades e especialistas da área energética.

A escassez de gás natural tornava-se cada vez mais evidente. A chamada “precificação”, ou seja, o reajuste do preço do gás acima da inflação tinha a clara intenção de inibir o consumo por óbvios, porém sempre negados pelo governo federal, problemas na oferta do insumo.

Em maio passado, a Petrobras chegou a assinar, com a ANEEL, um Termo de Compromisso onde ficou estabelecido um cronograma de fornecimento de gás até o ano de 2011. Em caso de descumprimento, previu-se a aplicação de multa.

Pois bem. Nos dois primeiros meses do citado Termo, junho e julho, a estatal não entregou o pactuado e a ANEEL aplicou uma multa no valor de R\$ 84 milhões. Neste momento, tornou-se pública uma áspera discussão entre o presidente da Petrobrás, Sérgio Gabrielli, e da ANEEL, Jerson Kelman. O gás não estava sendo entregue nas quantidades acordadas.

As divergências entre a Petrobrás e a própria Ministra-Chefe da Casa Civil, Sra. Dilma Rousseff vieram a desaguar na imprensa. Até que, no jogo das pressões políticas, a Ministra Dilma Rousseff acabou por conseguir, em setembro, a nomeação de Maria das Graças Foster, pessoa de sua irrestrita confiança, para o cargo de Diretora de Gás e Energia da Petrobrás, em substituição ao Sr. Ildo Sauer.

Todos estes fatos, em meio a repetidas negativas das autoridades do setor, deixavam cristalinos os graves problemas por nós sempre denunciados como

um alerta à nação.

No entanto, a realidade, cada vez mais, aparece em toda a sua preocupante nudez. A crise existe e pode se agravar se urgentes decisões não deixarem de ser postergadas. Ações prioritárias devem ser implementadas, tais como, apenas para exemplificar, a preferência pelo consumo residencial e das indústrias, além de reservar às termoelétricas estoque que permita suprimento emergencial no caso de iminente risco de “apagão”.

Para nós, é essencial a absoluta transparência nos dados relativos ao vital setor energético. Por este motivo e pelo alto grau de interesse público envolvido na questão, é que requeremos a realização de audiência pública nesta Comissão com a presença da Sra. Maria das Graças Foster, Diretora de Gás e Energia da Petrobras.

Sala das Comissões, em de outubro de 2007.

Dep. Arnaldo Jardim
PPS/SP